

**AGRICULTURA FAMILIAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: OS DESAFIOS E
POSSIBILIDADES PARA ATIVIDADE RURAL NO MUNICÍPIO DE
CONCEIÇÃO DO JACUIPE/BA**

Amanda Santiago Oliveira
Pós-Graduada em Política Brasileira e Realidade socioeconômico
amanda.santiagocont@gmail.com
Faculdade Metropolitana (FAMEESP)

Bruna Gabriela Santos Rocha
Bacharel em Ciências Contábeis
bruna_rocha19@outlook.com
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Kailene Bispo da Silva
Bacharel em Direito
kailenebisposilva@gmail.com
União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME)

Lillyan de Moraes Farias Delgado
Engenheira Civil
lillyan_mfd@hotmail.com
Centro Universitário Geraldo Di Biase (UGB-FERP)

Resumo

Considerando a capacidade da agricultura familiar para o desenvolvimento socioeconômico do espaço rural, e, por conseguinte da nação, mediante o fornecimento de gêneros alimentícios ao mercado interno e externo, assim como a sua competência para gerar rendas e empregos entre outros, o estudo foi realizado no município de Conceição do Jacuípe em Feira de Santana, será realizado um estudo documental para levantamento das políticas públicas por meio de licitações ou ações de estímulo ao fortalecimento da agricultura familiar municipal. Este estudo poderá indicar retificações ou estímulo as ações públicas municipais relativas ao desenvolvimento de uma agricultura familiar produtora de alimentos para consumo regional.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico, Agricultura familiar, Compra pública de alimentos.

Currículo

Considering the capacity of agriculture for the socioeconomic development of the rural space, and, therefore, of the nation, provided the internal supply and foodstuffs to the internal market, as well as its competence to generate jobs, among others, the study carried out in the municipality of Conceição do Jacuípe in Feira de Santana, a documentary study was carried out to survey public policies through bids or actions to encourage the strengthening of municipal family farming. This study could be corrections or encouragement as municipal public marks related to the development of a family producer of food for regional consumption.

Palabras clave: Economic development, Family farming, Public purchase of food.

1. INTRODUÇÃO

O modelo que conduz a economia nas esferas de Estado para o desenvolvimento da sociedade e dos seres humanos, atravessa as sociedades desde tempos imemoriais é, sem hesitar, desvinculado integralmente como parte do campesinato, sendo assim um agente social após essa era industrial tem suas atividades pertinentes no mundo moderno, é justamente a dupla orientação à continuidade e à ruptura. Na Europa, com mudanças no modelo econômico que poderiam causar o êxodo rural estabeleceu o PAC, Política Agrícola Comum, como medida de controle econômico, social e ambiental.

Uma estratégia necessária de política pública que busca alcançar o progresso das gestões locais difundida pelo governo federal no início dos anos 2000 é compreender as contradições em torno do processo e de que forma a agenda governamental terá os interesses e teorias econômicas que possam contribuir para o desenvolvimento local.

A elaborar de documentos que guarnecesse a real necessidade para edificação social, políticas públicas, atendem determinadas regiões, municípios, sendo em sua maioria por uma coordenação e definição de seu público-alvo e desta forma não irão atender a real necessidade; por exemplo, políticas que atendam área urbana podem não atender as necessidades de uma área rural. Por isso, Campanhola e Graziano da Silva (2000) enfatizam o atendimento para sanar as reais necessidades em seus mais variados aspectos e permitindo o desenvolvimento, ele define o conjunto desses mecanismos como políticas públicas.

Diante deste cenário de desemprego e insegurança alimentar sendo agravada nas mais variadas regiões do Brasil confederado a ausência de educação básica fato este que é direcionamento motriz normatizador para promoção da equidade social, tais ausências podem ser percebidos na estrutura da agricultura familiar, que são formadas por produtores agrícolas que ensinam seus filhos a serem agricultores, que também, por sua vez, foram filhos de agricultores e assim por diante.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) com objetivos em simetria a feira livre que visam auxiliar a agricultura familiar. O PAA por ter um amplo atendimento e com menor burocracia por não ser necessário o processo licitatório, mas no início da sua implantação foram encontrados problemas com a logística e atraso nos pagamentos motivando pequena adesão por parte dos agricultores familiares.

Seguindo pela clareira aberta pelos passos desempenhados até aqui, este artigo pretende voltar seus esforços para discutir a relevância das políticas públicas, tendo em vista nosso direcionamento às questões pertinentes à problemática da territorialidade, ergue-se, como nosso horizonte primeiro de interesse, analisar de que maneira as políticas públicas governamentais, ou mesmo a ausência delas, contribui, ou não, para o guarnecimento do direito à cidadania e a dignidade humana do trabalhador do campo, sendo a especificidade da agricultura familiar nosso enfoque máximo de preocupação investigativa.

Tem por objetivo avaliar políticas públicas e suas garantias para agricultura familiar em busca de promover o desenvolvimento regional articulação com o mercado via compras públicas de alimentos produzidos que estimulem o desenvolvimento regional, tomando como base o município de Conceição do Jacuípe como amostra. Identificar as políticas públicas que beneficiem produção de alimentos em Conceição do Jacuípe na cidade de Feira de Santana. Demonstrar as políticas públicas que podem desenvolver economicamente o município e apresentar os desafios e possibilidades para prosperidade nas vendas dos agricultores rurais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

É de vital importância que a política pública se baseie na constatação das necessidades reais do grupo ao qual deseja amparar. Assim, é dever do Estado assistir, com vistas na heterogeneidade que compõem nosso complexo corpo social, os diversos cidadãos dentro de suas singularidades específicas.

Amparando-nos na oportunidade aberta pelos dados da pesquisa do IBGE, fazemos aqui nossos votos de ser imprescindível que toda e qualquer política pública a ser empregada deva partir de uma motivação, também, educacional, tendo em vista que não se faz ético definir ações nas quais os atores sociais sejam atravessados apenas como objetos carentes de auxílio, em uma lógica de verticalidade, com ênfase para os prejuízos causados pela lastimável dicotomia que segrega os cidadãos da zona rural em relação aos residentes nas áreas urbanas

2.1. AMOSTRA

Foi realizada um estudo bibliográfico tomando como base tema vinculado a políticas públicas a priori ao Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar, agricultura familiar, desenvolvimento social.

Posteriormente uma análise das licitações com fins alimentícios onde foram encontrados processos licitatórios vinculados ao PNAE e menos da metade voltados para os agricultores familiares, sendo este o ponto de crítica para a pesquisa em questão.

2.2. DESENHO DO ESTUDO

Em seu texto, *Avaliação do ponto de vista do gasto e financiamento das políticas públicas*, o pesquisador Eduardo Fagnani, destaca três parâmetros para se avaliar a relação dada entre custos e benefícios das políticas públicas, realizando assim um balizar não apenas das vantagens de tais políticas para o público-alvo, mas da viabilidade financeira para a manutenção destas políticas. Assim, Fagnani sinaliza como parâmetros: direção do gasto social, magnitude do gasto social, e, por derradeiro, a natureza das fontes de financiamento.

Antes mesmo de dar prosseguimento, especificando os parâmetros soerguidos por Fagnani, cabe-nos destacar que a relação dada entre a proposição de uma política pública e a efetiva possibilidade de que esta seja sustentada é um dos princípios de maior propulsão que mobiliza esta proposta de trabalho dissertativo. Assim, grafamos em letras garrafais, nosso compromisso para com a efetiva materialização de políticas públicas propostas, tendo em mente a consolidação da garantia dos direitos defendido pela Constituição Brasileira de 1988. Tendo especificado tal ponto, seguimos com a explanação dos argumentos do pesquisador.

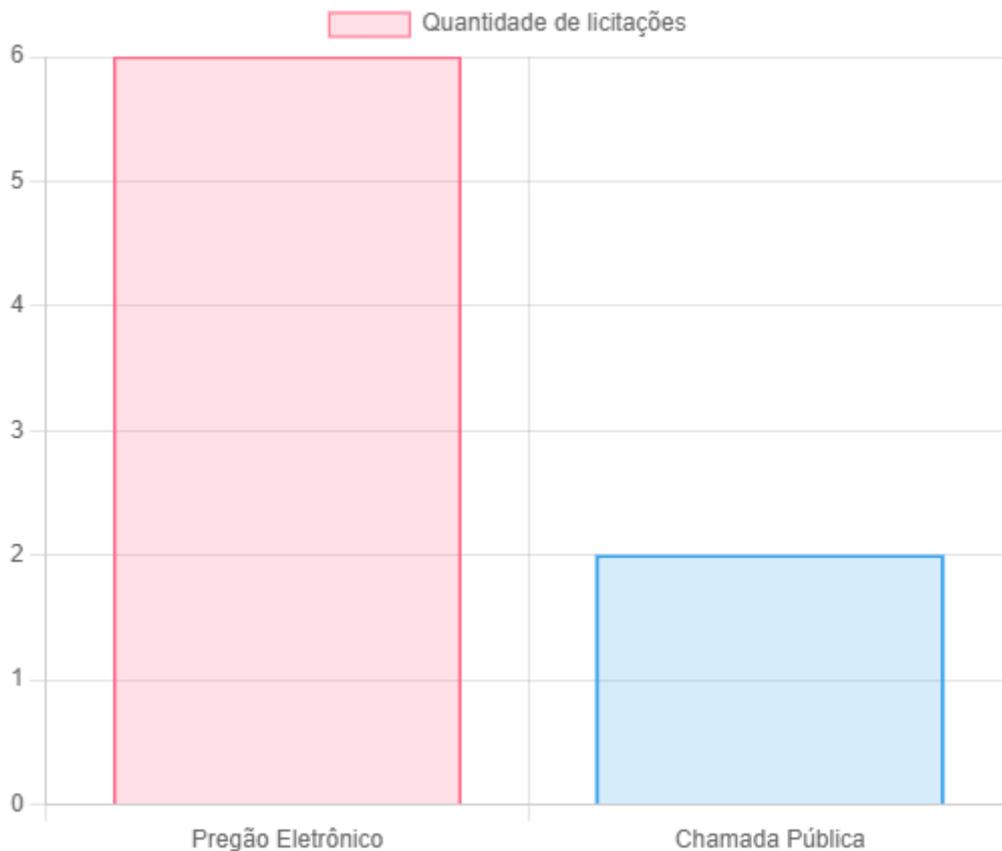
Adentrando pela clareira aberta por Fagnani, entende-se direção do gasto social como a especificação do setor da sociedade para onde os recursos da política específica serão direcionados. Como segundo parâmetro, temos o indicador de magnitude do gasto social, sendo este responsável por avaliar a paridade entre o gasto desempenhado e o benefício que se pretende alcançar com a política. Por fim, o pesquisador salienta a importância de atentar-se para a natureza das fontes de financiamento, sendo que, no Brasil, nas últimas décadas, as políticas sociais foram financiadas, sobretudo, por fontes de recursos fiscais, recursos autossustentados e contribuições sociais.

Observando os parâmetros indicados por Fagnani, torna-se simples compreender que o desenvolvimento de determinada política pública requer um estudo aguçado acerca da comunidade a qual se deseja contemplar com a ação, da comprovação da necessidade de tal público da ação que se deseja empreender e, sobretudo, da existência de recursos disponíveis que favoreçam a exequibilidade da proposta.

2.3. INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

Foi identificado no Sistema de acesso à informação da prefeitura de Conceição do Jacuípe, SAI, com objetivo de nortear as informações municipais conhecido como Lei de Acesso à Informação relatando os procedimentos obrigatórios que devem ser adotados pelos órgãos do Estado e elucidar as ações públicas aos cidadãos.

Gráfico 1 – Relação: Licitações relacionadas a Alimentação



Fonte: O autor

O PNAE, que distribuiu as obrigações por todas esferas políticas, fazendo parte do programa atores diretos como os professores, gestores da escola, nutricionistas, agricultores familiares, manipuladores de alimentos e indiretos como a sociedade entre outros. Tal proposta tem como objetivo alavancar a vida social; redistribuir a economia local, contribuindo para o emprego e renda; zelar pelos hábitos alimentares e a cultura agrícola local. É importante mensurar que o comprometimento com a Segurança Alimentar e Nutricional da população, em um país de crescente registros de fome, esse efeito pode ser revertido nas escola onde se tem registros de alunos que só consomem alimentos no período escolar, elucidando a participação da comunidade para a garantir a alimentação escolar saudável e adequada, configurando-se como ação de utilidade

pública, de cidadania e participação popular ao reunir representações de diversos segmentos diretamente interessados.

Os montantes dos processos licitatórios podem variar conforme o que se faz necessário para a alimentação escolar e caso exista outros tipos de contrato com empresas ou agricultores familiares, são estabelecidos valores dos produtos de acordo com o mercado e desta forma pode ser muito oportuno para o agricultor que vende seus produtos em feiras locais em que em sua maioria é praticado valores defasados. Assim como o programa possuem atitudes valiosas e necessárias para a sociedade, pode ocorrer empecilhos para seu funcionamento tal como: a necessidade de alguns documentos (certas regiões do país possuem um percentual de pessoas analfabetas ou alfabetos funcionais, na agricultura familiar essa quantidade pode ser ainda maior fazendo com que muitos possam recorrer a terceiros que podem ou não se aproveitar da situação e obter lucros para si), Ausência de parcerias locais para engajar o programa (O apoio de sindicatos e associações para acompanhar o produtor no processo licitatório em certos locais chega a ser crucial a renda do município, assim como a prefeitura por meio de publicações que cheguem a todos os produtores da sua região) e as quantidades dos produtos solicitados pelas escolas e prefeituras são poucos em contra partida ao gasto necessário para sua produção.

3. METODOLOGIA

Os métodos escolhidos trazem como base os parâmetros da abordagem qualitativa, uma vez que se trata das dinâmicas para compreender o contexto estudado, no caso em questão, políticas públicas e desenvolvimento social: avanços e desafios no combate à pobreza e a desigualdade no Brasil, dado que a investigação não se realiza fora da vida social, do ambiente acadêmico e educacional do qual ela é parte. Dessa forma compreendemos que a abordagem qualitativa não está isolada da realidade, e sim presente nas atividades normais do profissional das ciências humanas, devendo ser usada como ferramenta fomentadora do conhecimento. A pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, que em nosso caso refere-se à população brasileira, sobretudo aquela carente de políticas públicas que visem o guarneamento de seus direitos

básicos. Assim sendo, esta pesquisa assume caráter de revisão bibliográfica, e análise dos processos licitatórios que contempla a agricultura familiar, tendo como procedimento metodológico a revisão da bibliografia concernente a livros, teses, dissertações, monografias e artigos científicos. Ademais do processo de busca por referencial e material impresso, como mecanismo de busca na plataforma Sucupira, elegemos pôr como elemento-bússola o termo “políticas públicas”, com vistas a reunir o maior número de teses e dissertações acerca do assunto.

Objetivando transmitir a motivação crítica que impulsiona este trabalho, buscamos nas ponderações dos pesquisadores Sérgio de Azevedo (2003) e Campanhola e Graziano da Silva (2000), bases para a discussão acerca do conceito do que vem a ser políticas públicas, tendo na especificidade de Campanhola e Graziano da Silva um olhar para a população do campo.

Como complemento de nossa caminhada, buscaremos, por intermédio das perspectivas dos pesquisadores Eriberto José Lessa de Moura e Reynaldo Gonçalves, discutir a lógica aplicada ao que ficou conhecido como Neodesenvolvimentismo latino americano, com ênfase na proposta de resgate de pessoas em situação de extrema pobreza assumida no governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. Em direcionamento mais específico, recorreremos às perspectivas da pesquisadora Ivanete Bochetti, para melhor discutir a relação dada entre desenvolvimento econômico e políticas públicas

4. RESULTADOS

Foram encontrados 8 resultados de processos licitatórios ligadas a aquisição de alimentos para o Kit de alimentação escolar por meio do pregão eletrônico e da chamada pública, dos quais quarenta por cento desses foram realizados durante o período pandêmico, sendo terminados integralmente somente vinte e cinco por cento. Para contemplar o PNAE somente vinte e cinco por cento foram direcionados aos agricultores familiares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, como afirma Azevedo (2003) as políticas públicas são um conjunto de ações desempenhadas pelo Estado para garantir o bem-estar social da população, cabe-nos aqui discutir a utilidade prática e a sustentabilidade de tais ações, tendo em vista o balizar da dinâmica dada entre necessidade e possibilidade.

Esta pesquisa é fruto de pesquisas voltada para ciência social afim de evidenciar a luta dos trabalhadores rurais em busca de seus direitos assim como nortear a sua importância para o desenvolvimento econômico municipal, podendo até ser refletido para o estado, perfazendo um avanço histórico longe de serem desprezados e desmerecidos, como é o retrato da sociedade atual. É importante frisar a importância agricultura familiar para as políticas públicas e sociais, sendo necessário meios para articular e fortalecer esse cenário dando legitimidade aos atores territoriais e desenvolvedores, por fim se faz necessário ampliar o diálogo para que os obstáculos encontradas sejam suprimidos com uma assessoria técnica a disposição dos produtores.

A utilização de tecnologia social por meio de programas do Estado pode alavancar o desenvolvimento no setor agrícola, sendo esta força motriz para o progresso econômico, social em todas as esferas políticas.

Por conluente, frisamos aqui nosso compromisso para com uma proposta firme de emancipação popular, proposta esta que encontra suas bases na proposição de educação emancipadora, soerguida pelo educador pernambucano Paulo Freire. Dessa maneira, entendendo que a edificação de políticas públicas deve ser feita em caráter dialogal, diálogo este dado entre população e governantes, consideramos como axial que a população seja letrada para que tenha base sólida para argumentar acerca de suas próprias necessidades, fazendo-se, como primava o patrono da educação brasileira, como sujeito de sua própria história.

6. REFERÊNCIAS

BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. (org.) et all. Geografia: conceitos e temas. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Orgs). O novo rural brasileiro: uma análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste). V.4 Jaguariúna: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000.

CASTRO, Iná E. de. Geografia e Política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2005, p.95137.

DINIZ, Célio Campolina. A questão regional e as políticas governamentais no Brasil. Belo Horizonte: CEDEPLAR/FACE/UFMG, 2001.

FERNANDES, R. C. Os agricultores Poloneses em luta pela sua identidade. 2002.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2015. Resultado dos Panorama – 2015. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/lafaiete-coutinho/panorama>. Acesso em 21/01/2021

MEHL, Tereza Guedes. A evolução do planejamento regional no Brasil: 1950- 2001. Caderno de Análise Regional: economia baiana. Salvador, Edição Especial, ago. 2003.